

complementação de informações; e inclui, como item 2.02, o seguinte item:

2.02 - 6048.2021/0000850-7
Interessado: ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.
Assunto: REQUERIMENTO PARA LICENÇA DE ANÚNCIO INDICATIVO - CADAN

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SEHAB/GABINETE

Interessados: Diversos - Área Lidiane
PROCESSO SEI 6014.2021/0001679-2
DESPACHO:

A Secretaria Municipal de Habitação convoca os munícipes faltantes, abaixo relacionados, a comparecer em atendimento entre os dias 23/06/2021 e 24/06/2021 ou 29/06/2021 e 30/06/2021, na Central de Habitação, localizada na Avenida São João, 299 - Centro, das 10:00 às 15:00, com a equipe de DTS-Centro, referente ao processo de seleção e indicação de demanda ao Empreendimento Lidiane III (2ª fase). Para maiores orientações/dúvidas entrar em contato através dos telefones 3322-4672 e 94206-4539.

| Área | 1º titular | CPF |
|---------|-----------------------------------|----------------|
| Lidiane | Carlos Roberto Leandro | 030.XXX.XXX-96 |
| Lidiane | Craidicelia Queiroz De Oliveira | 302.XXX.XXX-50 |
| Lidiane | Donizete Favares De Mesquita | 132.XXX.XXX-35 |
| Lidiane | Francisca Romilda Alexandre Silva | 031.XXX.XXX-45 |
| Lidiane | Francisco Edson Moreira Moraes | 234.XXX.XXX-87 |
| Lidiane | Francisco Moura Pereira | 046.XXX.XXX-51 |
| Lidiane | João Jacinto Da Silva | 029.XXX.XXX-37 |
| Lidiane | Jose Niraldo Dos Santos | 330.XXX.XXX-30 |
| Lidiane | Lilian Sales Da Silva | 330.XXX.XXX-81 |
| Lidiane | Marizete Alencar Alves Dos Santos | 347.XXX.XXX-14 |
| Lidiane | Marlene Cassiano Santos Pereira | 731.XXX.XXX-72 |
| Lidiane | Ronaldo Da Silva Geremias | 334.XXX.XXX-84 |
| Lidiane | Rosimeire De Siqueira Uchoa | 042.XXX.XXX-08 |

SEHAB/GABINETE

Interessados: Diversos - Área Lidiane
PROCESSO SEI 6014.2021/0001683-0
DESPACHO:

A Secretaria Municipal de Habitação convoca os munícipes abaixo, a comparecer em atendimento entre os dias 23/06/2021 e 24/06/2021 ou 29/06/2021 e 30/06/2021, na Central de Habitação, localizada na Avenida São João, 299 - Centro, das 10:00 às 15:00, com a equipe de DTS-Centro, para apresentar documentação pendente referente ao processo de seleção e indicação de demanda do Empreendimento Lidiane III (2ª fase).

| Área | 1º titular | CPF |
|---------|--------------------------------------|----------------|
| Lidiane | Adriana Aparecida Da Silva De Toledo | 206.XXX.XXX-71 |
| Lidiane | Andressa Da Silva Nascimento | 452.XXX.XXX-24 |
| Lidiane | Dalvaniede Da Silva | 164.XXX.XXX-29 |
| Lidiane | Edineia Da Silva | 348.XXX.XXX-77 |
| Lidiane | Elaine Leal Da Paixao Pereira | 248.XXX.XXX-86 |
| Lidiane | Eva Vilma Dos Santos | 969.XXX.XXX-53 |
| Lidiane | Geni Pires Da Silva Silvestre | 086.XXX.XXX-01 |
| Lidiane | Gilvanio Jose Da Silva | 771.XXX.XXX-87 |
| Lidiane | Josias Sebastiao Da Silva | 274.XXX.XXX-36 |
| Lidiane | Juliana De Sousa Castanho | 317.XXX.XXX-12 |
| Lidiane | Juliano Da Silva Silvestre | 339.XXX.XXX-56 |
| Lidiane | Leandro De Jesus Silva | 316.XXX.XXX-19 |
| Lidiane | Maria Pereira Da Silva | 118.XXX.XXX-53 |
| Lidiane | Rosilene Francelina Da Silva | 334.XXX.XXX-22 |
| Lidiane | Rosilene Santos Silva | 981.XXX.XXX-68 |
| Lidiane | Solange Aparecida Moraes Monteiro | 144.XXX.XXX-12 |
| Lidiane | Suell Maria Pinheiro Moreira | 394.XXX.XXX-51 |
| Lidiane | Suemia Soares Silva | 293.XXX.XXX-03 |

SEHAB/GABINETE

PROCESSO SEI 6014.2021/0001268-1 - Auxílio Aluguel
Interessado: Jose Paz de Lira
DESPACHO:

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em docs. SEI nº 044335697 e nº. 045968940, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO a concessão do benefício do Auxílio Aluguel ao munícipe Jose Paz de Lira, CPF: 250.076.678-03, com fundamento no Portaria nº 131/SEHAB/2015, art.2º, II.

SEHAB/GABINETE

PROCESSO SEI 6014.2021/0001564-8 - Auxílio Aluguel
Interessado: Felipe da Silva Viana.
DESPACHO:

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em docs. SEI nº 045794262 e nº. 046271051, que acolho como razão de decidir, e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO a concessão do benefício do Auxílio Aluguel ao munícipe Felipe da Silva Viana, CPF: 319.520.838-50, com fundamento no Art. 2º, Inciso II da Portaria nº 131/SEHAB/2015.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 6210.2021/0003620-9

Despacho I - Considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica desta Autarquia, constante destes autos, que adoto como fundamento desta decisão, **CONHEÇO** do Recurso apresentado por **LUCAS CAMARA LAGES 04847254325 - ME**, CNPJ nº 27.598.397/0001-11, e no mérito **DOU-LHE PROVIMENTO**, deixando de aplicar a multa no valor de R\$ 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais).
 II - Publique-se.

PROCESSO Nº 6210.2019/0005768-7

Despacho I - Considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica desta Autarquia, constante destes autos, que adoto como fundamento desta decisão, **CONHEÇO** do Recurso apresentado por **BELLACON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.,** CNPJ 07.667.763/0001-30, por tempestivo, e no mérito **DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, para redução do valor aplicado a título de penalidade, para que seja fixado no montante de R\$ 22.634,04 (vinte e dois mil seiscentos e trinta e quatro reais e quatro centavos), multa que será mantida pelo não atendimento da solicitação feita pela fiscalização para a reparação dos defeitos constatado no local da prestação dos serviços, aplicada com fundamento no subitem 8.1.4 do item 8.1 da Cláusula VIII - Penalidades do Termo de Contrato nº 566/2019.

II - Dou por encerrada a instância administrativa.
 III - Publique-se.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

BENEFÍCIOS

INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – DEFERIDOS

6310.2020/0003990-0 - ELENICIA MANOEL LIBORIO(
- ADVOGADO : Rodrigo Santos da Cruz - OAB/SP 246.814 - Â

vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI 038350164, com base nos Decretos Municipais 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso IV da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2021/0000232-4 - LUCIA QUINTINO DE ARAUJO ROSSI - À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI 039174355, com base nos Decretos Municipais 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2021/0000235-9 - ISABEL BUENO MACHADO - À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI 039215001, com base nos Decretos Municipais 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA - DEFERIDOS

6310.2020/0003038-5 - MARIA LUCIA DE BRITO GONDIN BIDO - À vista das informações e laudo médico sob o SEI 046398869, **DEFIRO** o pedido constante do SEI 033940282.

DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – HOMOLOGAÇÃO

6029.2020/0017370-7 - PMSP – ROSANGELA COLOMBINI – RF(s) nº(s) 580.351.9-01 e 580.351.9-02 - CTC(s) nº(s) 8 e 9/ IPREM/2021 emitida(s) em 08/01/2021;

6016.2021/0025638-7 - PMSP – GILBERTO DE PAULA MOREIRA – RF(s) nº(s) 650.544.9-01 - CTC(s) nº(s) 603/IPREM/2021 emitida(s) em 03/06/2021;

6025.2019/0014963-2 - PMSP – MARISA NUNES – RF(s) nº(s) 540.177.1-01 e 540.177.1-03 - CTC(s) nº(s) 1847 e 1848/ IPREM/2019 emitida(s) em 08/08/2019;

6018.2021/0010386-7- PMSP – ANTONIO JOSE DO NASCIMENTO – RF(s) nº(s) 650.846.4-01 - CTC(s) nº(s) 658/ IPREM/2021 emitida(s) em 15/06/2021;

6018.2021/0012602-6 - PMSP – SUZAN IAKI – RF(s) nº(s) 634.199.3-01 - CTC(s) nº(s) 657/IPREM/2021 emitida(s) em 15/06/2021;

6016.2021/0061007-5 - PMSP – ADRIANA CRISTINA MACENO PIMENTEL – RF(s) nº(s) 713.198.4-01 e 713.198.4-02 - CTC(s) nº(s) 671 e 672/IPREM/2021 emitida(s) em 18/06/2021; 6018.2021/0008521-4 – PMSP - CASSIO ELI OLIVEIRA SANTOS – RF(s) nº(s) 719.530.3-01 -CTC(s) nº(s) 659/IPREM/2021 emitida(s) em 15/06/2021;

6016.2021/0042086-1 - PMSP – WALTERMIR LUCAS APOLINARIO DE ANDRADE – RF(s) nº(s) 774.959.7-01 - CTC(s) nº(s) 665/IPREM/2021 emitida(s) em 15/06/2021 e

6018.2021/0019224-0 - PMSP – MARIA ISABEL AVIGO – RF(s) nº(s) 537.162.7-01 - CTC(s) nº(s) 600/IPREM/2021 emitida(s) em 03/06/2021.

HOMOLOGO as Certidões de Tempo de Contribuição emitidas com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008. Publicada no DOU de 16/05/2008.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E GESTÃO

COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO

DESPACHOS EXARADOS PELO PROCURADOR COORDE- NADOR

6021.2018/0007039-0. Prefeitura do Município de São Paulo. Pagamento de Precatórios dentro do **Regime Especial no mês de JUNHO/2021. I- Em face dos elementos que instruem o presente, à luz do disposto nas Emendas Constitucionais nº 62/2009 e nº 99/2017, bem como nos Decretos Municipais n°s 51.105/2009, 55.880/2015, 58.070/2018, 59.148/2019 e 60.052/2021, da manifestação da Divisão de Orçamento e Gestão no doc. 046569299, da competência atribuída pelo artigo 19, inciso V, do Decreto nº 57.263/2016, e pela Portaria PGM nº 24/2017-PGM.G, AUTORIZO** a emissão das Notas de Empenho e das Notas de Liquidação e Pagamento, para o pagamento de precatórios no Regime Especial em junho/2021, conforme Plano de Pagamento de Precatórios 2021 da PMSP apresentado ao TJ/SP, e nos termos dos parágrafos 6º e 8º do artigo 97, bem como do artigo 101, ambos do ADCT da Constituição Federal, onerando as seguintes operações especiais, conforme seguem:

28.21.28.846.0000.0034.3.1.90.91.00.11 - 68.602.715,44 (Sessenta e oito milhões e seiscentos e dois mil e setecentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos);

28.21.28.846.0000.0035.3.3.90.91.00.11 - R\$ 19.829.863,93 (Dezenove milhões e oitocentos e vinte e nove mil e oitocentos e sessenta e três reais e noventa e três centavos);

28.21.28.846.0000.0035.4.4.90.91.00.11 - R\$ 11.567.420,63 (Onze milhões e quinhentos e sessenta e sete mil e quatrocentos e vinte reais e sessenta e três centavos);

28.21.28.846.0000.0034.3.1.90.91.00.00 - R\$ 65.248.866,12 (Sessenta e cinco milhões e duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos e sessenta e seis reais e doze centavos).

6017.2021/0024963-7. SF e PGM. Bloqueio judicial em conta corrente da PMSP. Decisão Judicial Definitiva. I - Em face dos elementos que instruem o presente, da manifestação da SF/SUTEM/DEFIN/DIDIS no doc. 046199687, do Departamento Judicial no doc. 046290983, e das providências da SAF/DGO, no doc. 046548590, à luz do disposto no Decreto nº 60.052/2021, da competência estatuída pelo artigo 19, inciso V, do Decreto nº 57.263/2016, e pela Portaria nº 24/2017-PGM.G, AUTORIZO a emissão da Nota de Empenho e da Nota de Liquidação e Pagamento, onerando a operação especial 28.21.28.846.0000.0.038.3.3.90.91.00.00 do orçamento vigente, no valor de R\$ 935,90 (Novecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos), referente ao bloqueio judicial ocorrido em conta corrente da PMSP, cuja beneficiária foi Tamará Tamires da Silva Santos CPF 361.901.898-73, conforme decisão judicial no processo 1101755-46.2020.8.26.0100do TJ/SP.

DEPTO DE DESAPROPRIAÇÕES

DESPACHO DO GABINETE DA PROCURADORIA – DESAP

SEI 6021.2017/0004998-5 - DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Contrato de prestação de serviço de assistência técnica. Redução do valor fixado em contrato. Concordância da contratada. À vista das informações, notadamente o parecer de DESAP-G/AA no doc. 046644509, que acolho e adoto como razão de decidir, **DETERMINO** o **ADITAMENTO** do termo de contrato nº 318/DESAP-PGM/2015, firmado com Clara Casção Nassar Herszenhaut, para fazer constar a remuneração devida à contratada no valor de R\$ **1.146,06**, em virtude da alteração do objeto da ação expropriatória de autos nº 1018400-

95.2014.8.26.0053, da 10ª VFP, com fulcro no art. 65, I, "b" e § 2º, II da Lei Federal 8.666/93.

SEI 6021.2020/0043787-5 - DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Pagamento de honorários de Assistente Técnico. Autorização para emissão de Nota de Empenho. Em face dos elementos que instruem o presente e à luz do disposto na Lei nº 17.224/19, no Decreto nº 59.270/20 e na Ordem Interna nº 01/2020/DESAP.G; considerando a competência delegada na Portaria nº 09/2020 – PGM/CGGM, e, ainda, o parecer retro de DESAP-G/AA, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **INDEFIRO** o pagamento pleiteado pela assistente técnica Denise Morresi, no âmbito da ação de desapropriação de autos nº 1006581-64.2014.8.26.0053, da 11ª VFP, na forma do art. 3º, inciso II do Decreto 59.270/2020.

SEI 6021.2021/0028549-0 - DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Pagamento de emolumentos ao 11º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, referentes à averbação do licenciamento ambiental da CETESB. À vista das informações expostas, notadamente o e-mail de pagamento enviado pelo 11º Cartório de Registro de Imóveis, bem como o protocolo ds título anexado neste processo; a tabela de emolumentos válida para 2021 no doc. 046518457; a planilha de cálculos no doc. 046518248; a manifestação de DESAP 2003 no doc. 046518608; a nota de reserva juntada no doc. 046527971, e também o parecer retro de DESAP/G-AA, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, pela competência delegada na Portaria 01/16 PGM/CGGM, a emissão de NOTA DE EMPE-NHO em favor do **Décimo Primeiro Cartório de Registro De Imóveis, CNPJ 45.566.486/0001-68**, no valor de **R\$ 53,99 (cinquenta e três reais e noventa e nove centavos)**, onerando a dotação nº **21.00.21.10.02.062.3024.4.817.3.3 .90.39.00.00**.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 261/2021/SMS.G
PORTARIA INTERSECRETARIAL SMS/SMADS/SMDHC Nº 01/2021

ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS DESTINADOS ÀS USUÁRIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO SÃO PAULO DURANTE PERÍODO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL SIGILOSO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e, considerando o compromisso da gestão municipal de São Paulo com a consolidação das Políticas Públicas de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher; estabelecendo mecanismos para assistir e proteger as mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

Considerando que o artigo 9º da Lei nº 11.340/2006 garante à mulher em situação de violência doméstica e familiar a prestação de assistência de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos no Sistema Único de Saúde; Considerando a Lei nº 15.203 de 18 de junho de 2010 que estabelece diretrizes para a Política Municipal de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência no município de São Paulo, voltadas à prevenção e ao controle da violência contra as mulheres, bem como ao atendimento das que vierem a se tornar vítimas dessa violência;

Considerando a necessidade de estabelecer o fluxo de procedimentos entre as Secretarias envolvidas, a fim de garantir vagas novas para início de tratamento e para continuidade da assistência em saúde, destinado às usuárias e seus filhos (quando for o caso);

Considerando a necessidade de assegurar sigilo nas informações cadastrais constantes nos sistemas de informações vigentes no SUS do município para usuárias e seus filhos, quando necessário, que se encontram em acolhimento institucional sigiloso.

RESOLVE:

Estabelecer os procedimentos para garantia de atendimento em saúde nos equipamentos da Rede Municipal de Saúde durante período de acolhimento institucional sigiloso por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com a participação das Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, na conformidade desta Portaria.

Implantar o cadastro sigiloso, visando garantir segurança às mulheres, e seus filhos quando necessário, em situação de violência doméstica e familiar e que estejam expostas à violência física, mental ou sexual e risco de morte, mantendo em sigilo os dados cadastrais em todos os serviços de saúde da rede Municipal.

Artigo 1º. O cadastro sigiloso poderá ser solicitado por: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS;

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC – Coordenação de Políticas para Mulheres; Ministério Público do Estado de São Paulo; Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Artigo 2º. O cadastro deverá ser solicitado via ofício para o e-mail: saudespviolencia@prefeitura.sp.gov.br. A Secretaria Municipal de Saúde terá 07 dias úteis da data de recebimento do ofício para solicitar a unidade de saúde de referência a inclusão dos dados como sigilosos.

Artigo 3º. O ofício deverá conter: nome completo da usuária; data de nascimento; número do cartão SUS; endereço completo; nome dos pais; e, unidades de saúde municipais da Atenção Básica de Referência.

Artigo 4º. Sobre o fluxo: A Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Coordenação da Atenção Básica – Área Técnica da Pessoa em Situação de Violência, receberá o ofício conforme orientações do artigo 3º, encaminhará a solicitação para as interlocuções regionais das Coordenadorias Regionais de Saúde, que, por sua vez, solicitarão as Unidades de Saúde de referência da usuária.

§1º A Unidade Municipal de Saúde que receber a solicitação da inclusão do cadastro sigiloso deverá acessar o SIGA SAÚDE (http://siga.saude.prefeitura.sp.gov.br/sms/login.do?method=logoff), da seguinte forma:

↳ Menu Cadastro;
 ↳ Cartão SUS;
 ↳ Alterar ou Adicionar (no caso de novo cadastro);
 ↳ No campo "Observações" digitar: CADASTRO SIGILOSO. Artigo 5º. A solicitação de retirada do cadastro sigiloso deverá ser feita por meio de ofício pelos mesmos órgãos indicados no artigo 1º pelo e-mail saudespviolencia@prefeitura.sp.gov.br. A Secretaria Municipal de Saúde terá 07 dias úteis da data de recebimento do ofício para excluir a usuária do cadastro sigiloso. O ofício deverá conter os dados relacionados no artigo 3º.

Artigo 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 286/2021-SMS. G
PROCESSO: 6018.2021/0046431-2

Estabelece critérios para a retomada gradual do atendimento de consultas presenciais, exames e procedimentos na Rede de Atenção Básica e Especializada e revoga a Portaria nº 141, de 25 de março de 2021.

O Secretário Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a situação epidemiológica atual de pandemia de COVID-19;

Considerando a Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, que dispõe sobre as medidas de emergência de Saúde Pública;

Considerando o Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020, que decreta a situação de emergência no Município de São Paulo para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus de importância internacional;

Considerando a Portaria nº 148/2020-SMS. G, de 19/03/2020, que determina que os equipamentos de Saúde deverão estar com suas equipes completas no âmbito administrativo e assistencial para suprir as necessidades dos serviços e garantir o atendimento à população;

Considerando a necessidade de garantir o atendimento adequado à população, seguindo as linhas de cuidado com atenção às medida de prevenção e redução dos riscos de infecção pelo novo coronavírus de servidores e usuários que frequentam os Equipamentos de Saúde;

Considerando a Campanha de Vacinação para a imunização da população contra a COVID-19, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Imunização.

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a retomada gradual do agendamento de consultas presenciais, exames e procedimentos na Rede de Atenção Básica e Especializada a partir de 21 de junho de 2021, na forma especificada a seguir:

NA ATENÇÃO BÁSICA: A estrutura do agendamento para atendimento presencial do profissional médico, enfermeiro e equipe multiprofissional (educador físico, terapeuta ocupacional fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, farmacêutico, fonoaudiólogo, assistente social), deverá disponibilizar no mínimo 50% do número previsto para a categoria profissional. A agenda deve ser planejada otimizando o agendamento das prioridades e com olhar para as demandas reprimidas durante a restrição dos atendimentos devido à pandemia.

A agenda para os atendimentos odontológicos presenciais (UBS e UOM) devem ser retomados, seguindo orientações em "Diretrizes para Saúde Bucal em Tempo de COVID-19", com a orientação da redução do número de consultas e otimização do tempo clínico, possibilitando o retorno das consultas presenciais aos usuários em suas demandas clínicas e de prótese, intercalados com as demandas espontâneas de urgência que já estavam sendo atendidas, seguindo as normas de biossegurança estabelecidas, conforme orientações de reorganização dos serviços odontológicos.

Considerar a estratégia de Teleconsultas nos outros 50% das agendas dos profissionais com objetivo de evitar aglomeração de pacientes nos espaços de espera;

Todas as Teleconsultas deverão ser registradas no prontuário dos pacientes com apontamento obrigatório da queixa e duração (QD), hipótese diagnóstica (HD), conduta, data e horário do atendimento com carimbo e assinatura do profissional na evolução;

Parágrafo Único: Todo usuário que procurar a Unidade sem agendamento deve ser acolhido, avaliado e atendido em sua necessidade em saúde.

DOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Os serviços de saúde que prestam assistência complementar, conveniados e contratualizados com a Secretaria Municipal da Saúde, devem manter o atendimento clínico, cirúrgico e diagnóstico complementar, observada a restrição de agenda, de acordo com os planos operativos, exceto os referentes à assistência oncológica, serviços cardiológicos de urgência, terapia renal substitutiva e transporte sanitário, que não deverão alterar a oferta de atendimento. (em conformidade com a Portaria SMS nº 189/2021)

Art. 2º Os serviços na atenção básica continuam com atendimento priorizado para:

Sala de acolhimento e classificação de risco; Atendimentos de Pré-Natal baixo e alto risco; Atendimentos de Puerpério e Puericultura; Atendimento de pacientes crônicos na faixa etária abaixo de 60 anos com obesidade, diabetes mellitus e hipertensão de maior risco e alta vulnerabilidade; Idosos; Atendimento de pacientes do Programa Melhor em Casa; Acompanhamento de Doenças Infectocontagiosas (Tuberculose, Sifilis, HIV, entre outros); Co